

TRIBUNAIS DO  
RIO DE JANEIRO

270  
anos

DA RELAÇÃO AO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
1752-2022

## *Patrimônio Histórico e Cultural*

Ao longo dos últimos 270 anos, a atuação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e das cortes jurisdicionais que o antecederam, além de ter garantido a ininterrupta prestação jurisdicional, permitiu o acúmulo de um extenso e valioso patrimônio cultural.

Formado por prédios, documentos textuais, fotografias, livros, móveis, trabalhos artísticos e objetos produzidos a partir da atividade judicial, o acervo mantém viva a memória institucional e constitui fonte de informações para história social brasileira.

O Tribunal de Justiça, em cumprimento à Constituição Federal, no que tange à defesa dos bens culturais, tem promovido ações que objetivam a proteção dos bens de valor histórico, artístico e cultural que se encontram sob sua guarda, contribuindo para a difusão do conhecimento e para o progresso da sociedade.

# Antigo Palácio da Justiça do Rio de Janeiro

O Palácio da Justiça foi inaugurado no dia 6 de novembro de 1926, para sediar a Corte de Apelação do Distrito Federal.

Construído com fachadas retangulares e simétricas, o edifício de cinco pavimentos apresenta linhas arquitetônicas de estilo eclético classicizante.

Também abrigou o Tribunal de Justiça da Guanabara e o Tribunal de Alçada proveniente do antigo estado do Rio de Janeiro, que, posteriormente, seria denominado Tribunal de Alçada Criminal.



Palácio da Justiça na Rua Dom Manuel



Visita de Juízes e desembargadores ao Palácio da Justiça, na Rua Dom Manuel  
Em primeiro plano, vê-se Ataulpho de Paiva | REVISTA DA SEMANA, 31 JULHO, 1926

O Museu da Justiça foi nele instalado em cerimônia solene em 1999, um ano após a extinção da Corte criminal.

Entre 2009 e 2010, o edifício foi modernizado, preservando-se os ambientes históricos. Atualmente abriga também associações de magistrados e beneficentes e unidades administrativas do TJRJ.

Terreno onde foi construído o Palácio da Justiça. Na vista, tomada do Morro do Castelo, vê-se a Companhia Manufatura de Conservas Alimentícias | JUAN GUTIERREZ



# Cronologia do Antigo Palácio da Justiça



**1926** ● Sede da Corte de Apelação do Distrito Federal

**1937** ● Sede do Tribunal de Apelação do Distrito Federal

**1946** ● Sede do Tribunal de Justiça do Distrito Federal

**1960** ● Sede do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara

**1975** ● Sede do Tribunal de Alçada do Estado do Rio de Janeiro

**1979** ● Sede do II Tribunal de Alçada do Estado do Rio de Janeiro

**1985** ● Sede do Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro

**1998** ● Após a extinção dos tribunais de alçada, passa a abrigar unidades administrativas do TJRJ, inclusive o Museu da Justiça, instalado no ano seguinte.

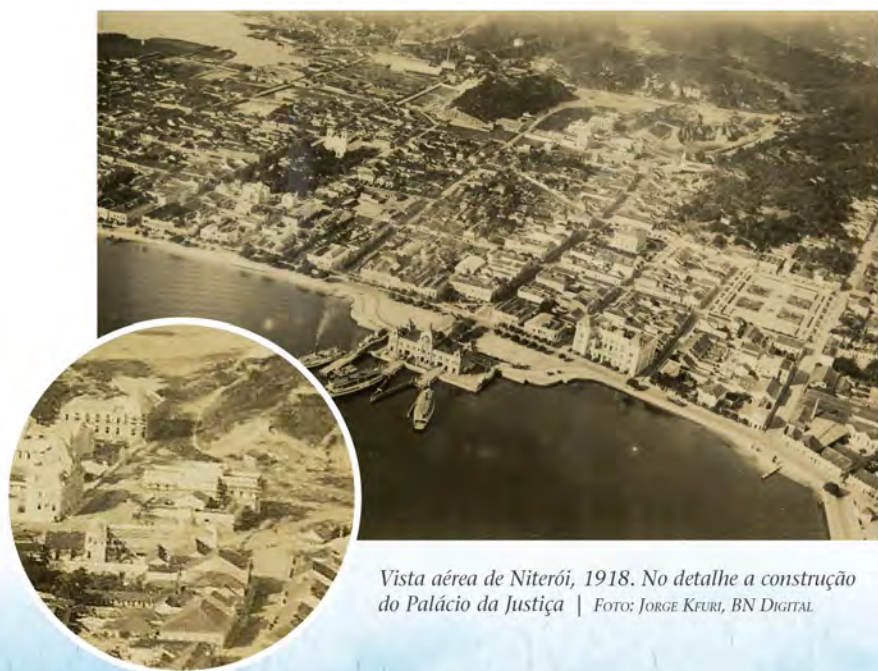
# Antigo Palácio da Justiça de Niterói

Após a Proclamação da República e a criação das justiças estaduais, foi instituído o Tribunal da Relação no antigo Estado do Rio de Janeiro e instalado na capital, Niterói.

O aumento do movimento forense e o projeto de reformulação urbana ensejaram a construção do Palácio da Justiça na remodelada Praça Pedro II, atual Praça da República. A instalação do Tribunal no novo edifício ocorreu em 31 de janeiro de 1920.



Saguaão do Antigo Palácio da Justiça de Niterói



Vista aérea de Niterói, 1918. No detalhe a construção do Palácio da Justiça | FOTO: JORGE KFURI, BN DIGITAL

A edificação caracteriza-se pelo estilo eclético de tendência classicizante com predominância do Renascimento italiano na fachada.

Com a extinção do Tribunal, em 1975, o Palácio passou a abrigar o Fórum de Niterói. Em 1983, foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC).

Após obras de reforma, foi reinaugurado em 28 de janeiro de 2011, passando a acolher o Museu da Justiça de Niterói e outras unidades administrativas do Judiciário.



# Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário

O Museu da Justiça foi inaugurado em 23 de agosto de 1988, no edifício que antes abrigara a Corte de Apelação do Distrito Federal, na Praça da República. Depois de ter funcionado no Fórum da Capital e no antigo Palácio da Justiça de Niterói, transferiu-se para a sede atual em 1999.

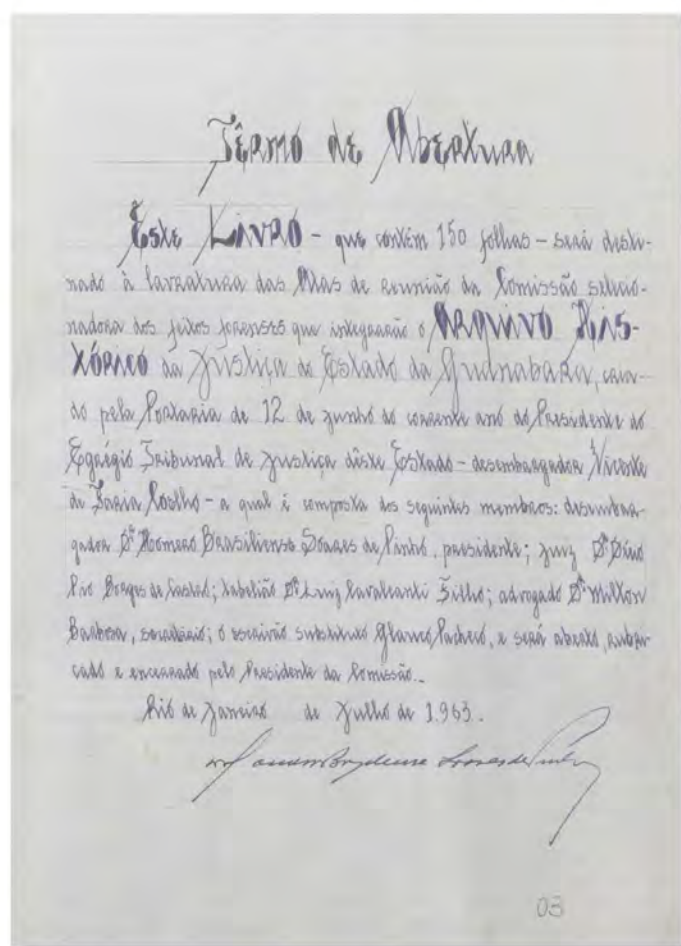
Com a fusão do Museu da Justiça com o CCPJ-Rio, em 2017, surgiu o Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário (CCMJ), responsável pela preservação e difusão da memória institucional e pela promoção da agenda cultural do Tribunal de Justiça.



Des. Wellington Moreira Pimentel, presidente do Tribunal de Justiça, e Paulo Paranhos, diretor do Museu da Justiça, em cerimônia de inauguração da primeira exposição



Cartaz da primeira exposição



Termo de abertura de Atas da comissão selecionadora de processos judiciais para o Arquivo Histórico do Poder Judiciário

Entre as atribuições do Museu da Justiça, estão a preservação dos bens culturais do Poder Judiciário, a realização de estudos sobre a história do Direito e da Justiça e a disseminação dos conceitos de cidadania por meio de eventos culturais.



# Acervo Museológico

O acervo museológico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro abrange mais de 5.000 itens de diferentes épocas e estilos artísticos, que vão desde itens de decoração a instrumentos de trabalho. O conjunto é composto de indumentárias, esculturas, pinturas, retábulos, condecorações, placas, medalhas, moedas e mobiliário, que preservam a memória do Judiciário fluminense.



Capelo ou Barrete de forma cilíndrica, em tecido aveludado na cor preta, com pelo de animal na cor branca no topo.



Barrete de magistrado, em tecido preto com adereço na cor vermelha destacando os contornos.



Quepe Feminino, em tecido na cor preta, com aba em couro. Fita azul marinho no contorno em camurça e fita dourada sobre a aba com distintivo do Poder Judiciário.



Estatueta em estilo greco-romana de mármore branco, representando um guerreiro numa biga. Base retangular com baixo-relevo.  
34 x 16,5 x 39,5 cm

*“Aequitas em Nossa Senhora da Equidade”, de Deocleciano Martins de Oliveira Filho. Escultura de bronze fundido de figura feminina distribuindo o conteúdo de um pequeno jarro em outro maior. Nesta obra o princípio da equidade, tão importante na aplicação do Direito, está personificado na figura materna divinizada.  
275 x 82 x 80 cm*



Tribuna individual em madeira no estilo neoclássico, em tom castanho e com formato curvilíneo, onde os oradores se posicionavam. Ao centro, uma guirlanda artisticamente trabalhada. Nas laterais, encontram-se colunas com fustes estriados e capitéis jônicos, ladeadas por trabalhos em espiral com elementos fitomórficos (formato de plantas).  
109 x 177 x 13,5 cm

TRIBUNAL PLENO DO ANTIGO PALÁCIO DA JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

# Documentos Textuais

Registros da atividade judicial no território do atual Estado do Rio de Janeiro, acumulados desde o século XVIII, o acervo textual do Poder Judiciário é constituído de autos de processos cíveis e criminais de reconhecido valor histórico, livros de registros de atos judiciais e administrativos das diversas cortes de justiça, além de arquivos pessoais de personalidades da comunidade judiciária.

Técnicas de conservação permitem que documentos em diferentes graus de degradação sejam restaurados e disponibilizados à pesquisa pública.



Livros de registro dos Tribunais do Rio de Janeiro



Conservação do acervo

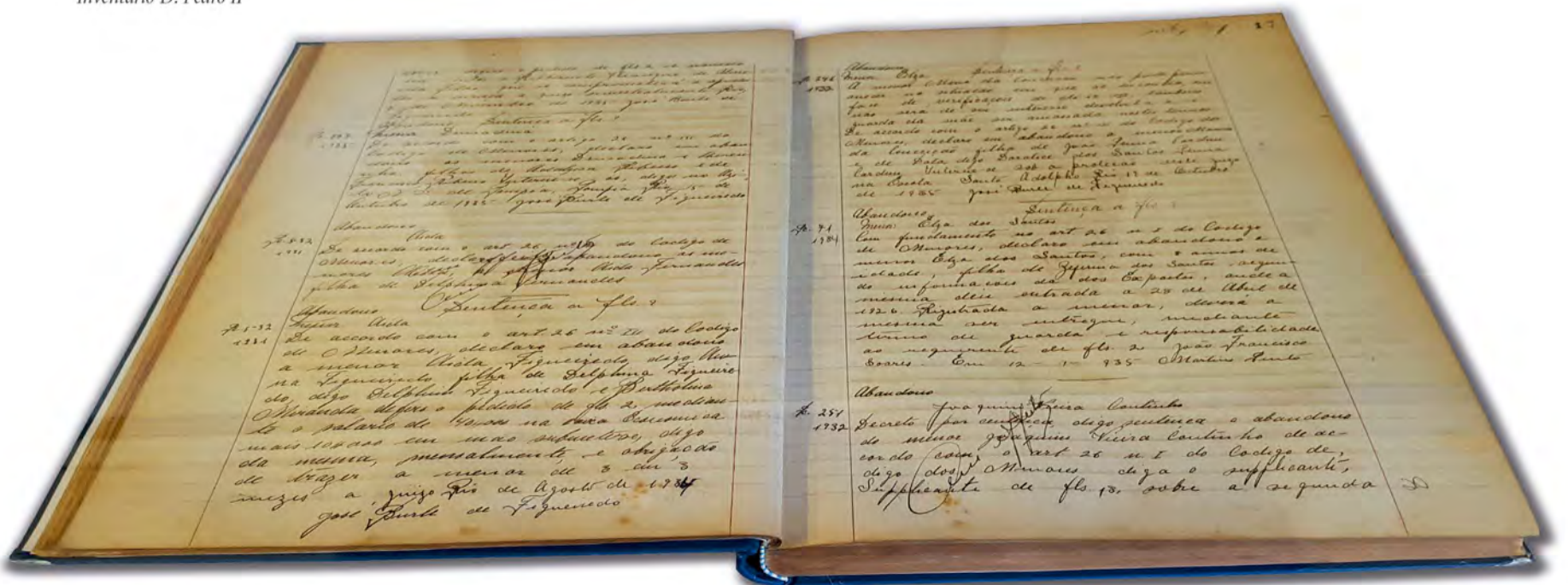


Inventário D. Pedro II



Digitalização para acesso online

Livro de atas das Sessões do Tribunal Pleno do Distrito Federal





# Acervo Iconográfico

Os documentos iconográficos revelam diferentes fases da História do Judiciário fluminense. O acervo é constituído de fotografias, caricaturas, desenhos e álbuns, distribuídos entre fundos pessoais e institucional, incluindo fotos do II Tribunal de Alçada, do Tribunal de Alçada Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara e do atual Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Os documentos encontram-se sob tratamento arquivístico, com vistas à classificação e digitalização.



Esboços realizados por Deocleciano Martins de Oliveira  
ACERVO ICONOGRÁFICO DO MUSEU DA JUSTIÇA



Caricatura de Deocleciano  
Martins de Oliveira  
MENDEZ, 1952 –  
ACERVO ICONOGRÁFICO  
DO MUSEU DA JUSTIÇA



# Programa de História Oral

O Programa de História Oral do Poder Judiciário teve início em 1998 e busca desenvolver um trabalho de pesquisa com base na metodologia e nas técnicas da História Oral.

Em 24 anos de funcionamento do programa, foi gerado um acervo audiovisual de mais de 200 horas de depoimentos de pessoas ligadas ao Poder Judiciário fluminense, como magistrados, servidores, advogados, promotores e políticos. As entrevistas gravadas em meio analógico (cassete e VHS) foram migradas para o formato digital, visando a preservação e difusão deste valioso patrimônio cultural.

*Entrevista do Des. Thiago Ribas Filho*



*Filmagem da entrevista da Des. Cristina Tereza Gaulia*



*Des. Ronald Valladares entrevista Des. Leila Maria Mariano*



# Atendimento a pesquisadores

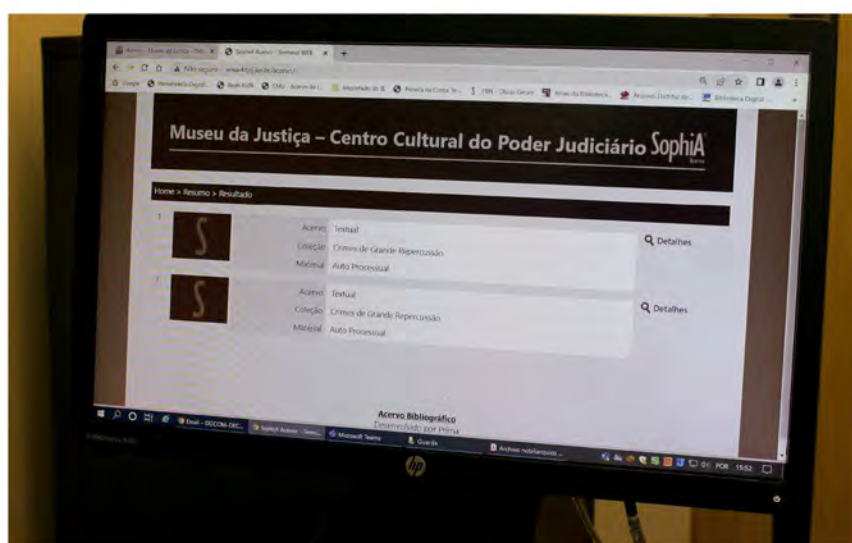
O acervo histórico do Poder Judiciário é franqueado à consulta pública com vistas à produção e difusão da história social e institucional.

Todos os anos, pesquisadores de diversas áreas, como historiadores, escritores, jornalistas, advogados, genealogistas e cidadãos em geral, procuram subsídio para a elaboração de teses, dissertações, livros e até mesmo obter informações acerca de antepassados nas fontes judiciárias.

Os documentos digitalizados podem ser acessados diretamente no portal do Museu da Justiça, via rede mundial de computadores, o que facilita e democratiza o acesso aos bens culturais.



Acervo audiovisual do Programa História Oral



Terminal de consulta na web



Consulta ao acervo histórico

# Pesquisa histórica

O Museu da Justiça dispõe de uma equipe de pesquisadores que se dedica a estudos de temas ligados à História do Direito e da Justiça no Brasil.



Exposição Pandemias e Epidemias no Rio de Janeiro, baseada em pesquisa documental



Trabalho de pesquisa do Museu da Justiça

As pesquisas têm por objetivo o suporte a projetos, como a concepção de exposições e mostras de documentos, elaboração de roteiros para entrevistas do Programa de História Oral e realização de atividades culturais. Também objetivam a publicação de livros e catálogos, bem como o atendimento a demandas por informações de unidades do Poder Judiciário e de pesquisadores externos.

Algumas das pesquisas já elaboradas podem ser acessadas no portal da instituição.



Publicações do Museu da Justiça

# Agenda Cultural



Exposição artística



Teatro infantil

Além da preservação e difusão da memória institucional, o Museu da Justiça tem por objetivo a promoção de uma agenda cultural diversificada e voltada para a difusão de conceitos de Direito, Justiça e Cidadania através da arte.

A programação ofertada reúne tanto espetáculos musicais e teatrais, como visitas mediadas e dramatizadas realizadas nos espaços de preservação dos antigos palácios da Justiça do Rio de Janeiro e de Niterói, para grupos, de escolas e universidades, mediante agendamento, ou para visitantes espontâneos.



Música de câmara



# Educação Patrimonial

O patrimônio cultural do Poder Judiciário constitui fonte primária para a realização de diversos encontros interativos para crianças, adultos e estudantes.

O grupo de educadores do Museu da Justiça é responsável por planejar e desenvolver as atividades educativas em consonância com a programação da agenda cultural. Tem como objetivo estimular a compreensão sobre valores de justiça, articulando os conhecimentos desse universo com a percepção dos visitantes.



Atividade educativa no Museu da Justiça



Visita mediada de alunos de escola pública ao Museu da Justiça do Rio de Janeiro

Cabe ao setor educativo estabelecer relação com a sociedade, compreendendo as questões culturais e as reivindicações de diferentes grupos sociais, a partir da promoção de debates e reflexões.



Visita mediada à exposição de documentos históricos

EXPOSIÇÃO

# TRIBUNAIS DO RIO DE JANEIRO

# 270 anos

DA RELAÇÃO AO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
1752-2022

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Des. Henrique Carlos de Andrade Figueira  
PRESIDENTE

DIRETORIA GERAL DE COMUNICAÇÃO  
E DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO  
José Carlos Tedesco  
DIRETOR GERAL

DEPARTAMENTO DE GESTÃO  
E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO  
Marcus Vinícius Domingues Gomes  
DIRETOR

MUSEU DA JUSTIÇA  
CENTRO CULTURAL DO PODER  
JUDICIÁRIO  
Simone Araujo Fontarigo  
DIRETORA

COMISSÃO DE PRESERVAÇÃO  
DA MEMÓRIA JUDICIÁRIA  
Des. Décio Xavier Gama  
Des. Orlando de Almeida Secco  
Des. Ronald dos Santos Valladares  
Des. Marcus Antônio de Souza Faver

SERVIÇO DE ACERVO TEXTUAL  
AUDIOVISUAL E DE PESQUISAS  
HISTÓRICAS | SEATA  
Gilmar de Almeida Sá  
CHEFE DE SERVIÇO

PESQUISA HISTÓRICA  
E ICONOGRÁFICA  
ELABORAÇÃO DE TEXTOS

EQUIPE

Adeir Barbosa Lemos  
TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA

Alexandra Lucia Porto Daibert  
TÉCNICO EM ATIVIDADE JUDICIÁRIA E HISTORIADOR

Ana Paula Silveira de Andrade  
PESQUISADOR EM HISTÓRIA

Fábio dos Santos Teixeira  
ANALISTA JUDICIÁRIO E HISTORIADOR

Fernanda Coutinho Monteiro  
PESQUISADOR EM HISTÓRIA

Priscila dos Santos Vieira  
PESQUISADOR EM HISTÓRIA

Sérgio Ricardo von Sydow  
ANALISTA JUDICIÁRIO

RESTAURO E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS  
EQUIPE

Adriana da Costa Camelo  
ARQUIVISTA

Ana Lucia da Silva Angelo  
AUXILIAR DE DOCUMENTAÇÃO

Elizabeth de Freitas Neves  
ARQUIVISTA

Valéria Pereira Chagas  
PESQUISADOR EM HISTÓRIA

GABINETE MUSEU DA JUSTIÇA  
APOIO

Mariana Navarro  
Regina Zany  
Weliton Oliveira

APOIO A PRODUÇÃO  
Thiago Campos

SERVIÇO DA AGENDA CULTURAL | SEAGC  
Ana Paula Gouvea Habib  
CHEFE DE SERVIÇO

PRODUÇÃO CULTURAL  
Grace Rial  
Jéssica Oliveira  
Sara Machado

SERVIÇO DE ACERVO MUSEOLÓGICO  
E ICONOGRÁFICO | SEAMI  
Edson Luis da Silva  
CHEFE DE SERVIÇO

APOIO DE PRODUÇÃO MUSEOLÓGICA  
E MONTAGEM DE EXPOSIÇÃO

Antonio Manuel de Araujo Rafael Frio  
Diego Soares Bertuci  
Ingrid Ribeiro Nascimento Cardoso  
Leandro da Silva Pontes  
Marcos Valerio Veludo Bento  
Marlize Barros de Souza  
Maximiliano de Souza

SERVIÇO DE IDENTIDADE VISUAL | SEIVI  
Felipe Barreto  
CHEFE DE SERVIÇO

IDENTIDADE VISUAL E PROJETO EXPOGRÁFICO  
Maria Lúcia Vilela Braga  
PUBLICITÁRIA

Fernando Braga  
DESIGNER GRÁFICO

Juliana Veiga  
DESIGNER GRÁFICO

Agradecimentos

SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO  
E PRODUÇÃO GRÁFICA | SEGRA  
Eduardo Brandão Carpi  
CHEFE DE SERVIÇO  
Equipe SEGRA